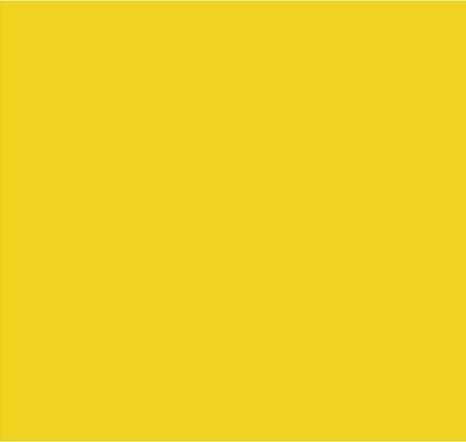


ELEUTÉRIO PRADO

COMO MARX E KEYNES DEMARCAM O CAMPO DA MACROECONOMIA

Recebido em Setembro de 2016

Aprovado em Novembro de 2016



COMO MARX E KEYNES DEMARCAM O CAMPO DA MACROECONOMIA

Resumo

Este artigo defende a tese de que há três subcampos radicalmente distintos entre si no campo da macroeconomia, sustentando que duas clivagens os separam: a Lei de Say e a maneira de apreender a meta objetiva do sistema econômico. Há o subcampo da macroeconomia walrasiana em que se acolhe a Lei de Say. Há o subcampo da macroeconomia keynesiana em que se rejeita a Lei de Say para aceitar o princípio da demanda efetiva. Tal como no primeiro, aí se toma a produção de valores de uso como a meta própria do sistema econômico. Há o subcampo da macroeconomia marxiana em que se recusa tanto a lei dos mercados quanto o princípio da demanda efetiva. Para esta última, o próprio modo de funcionamento da sociabilidade capitalista põe o capital como um “sujeito automático”, de tal maneira que a acumulação de capital devém a meta própria do sistema econômico.

Palavras-chave: Macroeconomia; macroeconomia walrasiana; macroeconomia keynesiana; macroeconomia marxiana.

Classificação JEL: B22; B24; E11; E12.

ELEUTÉRIO PRADO

Professor sênior do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Abstract

This article defends the thesis that there are three subfields radically different from each other in the field of macroeconomics. It declares,

in addition, that two cleavages separate them: the Say's Law and the way of apprehending the objective goal of the economic system. There is the subfield of Walrasian macroeconomics that hosts Say's Law. There is the subfield of Keynesian macroeconomics that rejects Say's Law in order to accept the principle of effective demand. As the first, for this one, the proper goal of the economic system is the production of use values. There is the subfield of Marxian macroeconomics that both reject the law of the markets and the principle of effective demand. For the latter, the proper working of capitalist sociability poses capital as an "automatic subject", so that capital accumulation become the very goal of the economic system.

Keywords: Macroeconomics; Walrasian macroeconomics; Keynesian macroeconomics; Marxian macroeconomics.

Introdução

Este artigo coloca para si um problema que quer elucidar: como o campo da macroeconomia está demarcado pelas concepções teóricas de Marx e Keynes? Como elas formam aí subcampos distintos¹ dentro dos quais se desenvolvem correntes teóricas que procuram compreender o movimento do sistema capitalista como

um todo? Nesse sentido, terá de abordar a questão usual do lugar da macroeconomia neoclássica (ou walrasiana) *vis-à-vis* do lugar da macroeconomia keynesiana (não walrasiana em sentido estrito). Mas, em particular e enfaticamente, quer determinar o lugar aí das concepções de Marx, mesmo se considera, de partida, que esse autor não pode ser tomado estritamente como um macroeconomista, pois ele próprio definiu a sua teoria como crítica dialética – e não como ciência positiva (MULLER, 1982). Ora, também essa questão tem sentido, pois a crítica, para ser rigorosa, tem de apreender e desenvolver o conhecimento econômico enquanto tal.

Considera inicialmente dois grandes critérios de demarcação, os quais são apresentados como posições diferenciais sobre duas questões chaves: a da "grande falha do sistema de mercado" e a do "motor da crise de acumulação". O primeiro, como é bem óbvio, diz respeito à clivagem que se estabelece por meio da aceitação ou da negação da Lei de Say. O segundo, não tão óbvio para muitos, diz respeito ao conceito de capital, isto é, se o capital é ou não tomado como "sujeito automático" do processo econômico. Pois, também nesse caso, tem-se uma clivagem que pode ser aclarada em parte, mas de

modo crucial, como posições que optam pela aceitação ou pela negação da chamada Lei de Keynes. E esta afirmação põe, sem dúvida, um enigma, porque se está aqui pressupondo que a Lei de Keynes, segundo a qual a demanda cria a sua oferta, vem a ser uma negação direta da Lei de Say.

Expõe-se, em sequência, como essas clivagens se apresentam, *grosso modo*, no discurso dos economistas, começando pela exposição do modo como o primeiro critério antes mencionado se faz valer como modo de demarcação. E, com tal propósito, recorre-se diretamente ao texto do próprio Keynes, já que foi ele quem se utilizou dele para fundar a macroeconomia – eis que esta, certamente, já existia, mas ainda não havia se configurado como tal – em sua *Teoria Geral*. Como se sabe, antes do surgimento dessa obra marcante, já existiam certas concepções sobre o funcionamento do sistema econômico como um todo, mas elas não se apresentavam delimitando um campo distinguível de conhecimento.

Para separar a teoria que ora propunha como “geral” e a teoria que chamou de clássica², Keynes, sem romper completamente com a tradição marshalliana em que se formara como economista, concentrou-se na crítica da famosa suposição dogmática que renega a ocorrência de superprodução como fenômeno inerente ao

evoluir da economia capitalista. Segundo essa presunção, que se insurge contra a experiência comum – eis que esse fenômeno, não há dúvida, apresenta-se com certa frequência na economia real –, a oferta cria sua própria procura.

Ora, mostrando precisamente qual era a sua orientação teórica de fundo, ele explicou logo – tomando os salários e os lucros igualmente como custos – que a Lei de Say implicava que “o total dos custos de produção deve ser gasto por completo, direta ou indiretamente, na compra do produto” (KEYNES, 1983, p. 25). De qualquer modo, preparando o terreno para as suas próprias edificações teóricas, Keynes apontou para certas consequências triviais dessa lei: se a procura é criada pela oferta, é imediato que todos os mercados devem balancear configurando-se uma situação que é descrita usualmente como equilíbrio geral de pleno emprego. E que, portanto, não pode existir qualquer forma de desemprego involuntário, em particular de força de trabalho, em tal economia mercantil que a imaginação teórica ousa criar, sentindo-se assim confortável na apreciação do mundo real.

Como se sabe, Keynes acolheu a Lei de Say como uma proposição falsa, com base em um contra-argumento muito simples. Indo além da circulação simples e incluindo já a complexidade da economia moderna, ele mencionou que ela pressupõe que “qualquer ato individual de abstenção de consumir

necessariamente leva e equivale a um investimento na produção de riqueza sob a forma de capital” (*ibidem*). Trata-se, para ele, de duas decisões distintas que sempre têm distintos motivos e que, eventualmente, ocorrem em dois momentos diversos do tempo. E essa desvinculação tornou-se a marca registrada de sua teoria do capitalismo. Nela, a poupança decorre de decisões que ocorrem no âmbito das famílias em geral, quando estas escolhem como repartem a sua renda entre consumo presente e consumo futuro. E essa escolha, como se sabe, é regulada pela lei psicológica fundamental. Já o investimento é afetado pela incerteza: possibilita o aumento da renda – e, assim, do consumo – no futuro, mas depende do estado das expectativas no longo prazo, em especial, da confiança na taxa de lucro líquida de juros que ele pode proporcionar.

Note-se, porém, que a sua objeção não era nova na esfera da economia política. Marx, por exemplo, reclamara, muito antes dele, quanto ao caráter absurdo da tese que, partindo do fato trivial de que cada venda é sempre uma compra e vice-versa, afirma a necessidade do equilíbrio entre vendas e compras na circulação de mercadorias como um todo. Ele também apontara, como Keynes, que entre uma venda de mercadoria (M – D) e a compra eventual de uma nova mercadoria (D – M) há sempre um momento de repouso do dinheiro, o qual pode

durar mais ou menos dependendo de múltiplas circunstâncias, muitas das quais estão completamente fora do controle dos indivíduos que trocam (MARX, 1981, p. 101-102). Marx, entretanto, não desvincula completamente o ato de reservar (ou poupar) do ato de investir, porque ambos se encontram ligados no processo da acumulação de capital e se dão fundamentalmente no âmbito das empresas³.

Essa primeira clivagem, de qualquer modo, parece aproximar Marx e Keynes enquanto discursos teóricos sobre o sistema econômico centralmente dependente de mercados, mas que o primeiro chama, enfaticamente, de modo de produção capitalista. De qualquer modo, ela demarca dois subcampos no campo da macroeconomia: em um deles, proliferam as teorizações que pressupõem a possibilidade de que o pleno emprego seja alcançável espontaneamente e, no outro, vicejam aquelas que admitem a possibilidade efetiva de que surja, nessa condição, expressivo volume de desemprego involuntário. Pode-se chamar o primeiro de subcampo da macroeconomia clássica (no sentido de Keynes), mas o segundo, como chamá-lo? Seria correto designá-lo, simplesmente, como o subcampo da macroeconomia keynesiana? Antes de responder a essas duas perguntas, é preciso ver que há um outro modo de demarcar o campo da macroeconomia e que, para considerá-lo, é preciso tratar do segundo critério antes

mencionado, o qual, como se assinalou, está centrado no próprio conceito de capital.

Uma parte significativa dos economistas marxistas distinguem a concepção de Marx sobre o funcionamento do sistema econômico ora existente em relação a todas as outras visões que também procuram apreendê-lo como um todo, por meio de sua singular teoria da crise econômica. Para eles, o autor de *O capital* não caracterizara as crises como eventos fortuitos que, em princípio, poderiam ser suprimidos pela política econômica, mas como eventos essenciais, inerentes e endógenos (não, portanto, suprimíveis) ao próprio processo de acumulação. Ademais, ele as caracterizara também como eventos que denunciavam a existência de uma pulsão destruidora no âmago desse processo por meio do qual o capital tende a se acumular sôfrega e desmedidamente. É bem com essa perspectiva que Hardy afirma:

qualquer teoria⁴ que explica a crise por baixa produtividade, lentidão da demanda, anarquia do mercado, intervenção do Estado, salários elevados, salários baixos e assim por diante, sugere que as tendências à crise do capitalismo podem, em princípio, ser abrandadas ou eliminadas solucionando o problema específico que torna pobre o desempenho do sistema. (HARDY, 2016, p. 19)

Mesmo se essa caracterização está posta no plano pragmático, ela apenas se sustenta no plano conceitual. Ora, para subsidiá-la,

esses economistas costumam citar frases do próprio Marx sobre a natureza das crises. Esta, por exemplo, encontra-se em *O capital*: “A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital” (MARX, 1983b, p. 189). Esta outra se encontra nos *Grundrisse*: “a violenta destruição do capital [ocorre] não por relações externas a ele, mas, ao invés, como condição de sua própria preservação” (MARX, 2011, p. 627). E, se é assim, é porque o capital está implicitamente compreendido não só como “sujeito automático”, mas como sujeito autocontraditório, movido por uma lógica interna que é tanto criadora em certos momentos, quanto destrutiva em outros momentos (FREEMAN, 2014). Em síntese, a crise, como a caracterizou um autor brasileiro, é o negativo do capital (GRESPLAN, 1999).

Ao contrário do primeiro, esse segundo critério de demarcação – de modo claro e bem notório – afasta Marx de Keynes, e o faz de um modo bem radical. É evidente, em primeiro lugar, que esses dois autores se separam fortemente já no modo de ver o futuro possível do capitalismo: se Marx é um crítico que vê a necessidade de superá-lo no curso de seu próprio desenvolvimento, Keynes apenas almeja, e de fato se contenta, em reformá-lo para que se torne mais sossegado e, assim, possa subsistir indefinidamente. Mas essa diferença é apenas o reflexo de uma divergência mais fundamental, a qual diz respeito ao conceito de capital: se,

para Marx, “o valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo” (MARX, 1983, p. 129), para Keynes, “toda a produção se destina, em última análise, a satisfazer o consumidor” (KEYNES, 1983, p. 43). Para este último autor, portanto, capital é simplesmente o estoque de bens que ajuda a produzir novos bens e que, como tal, em cada momento, tem um dado valor monetário. E este valor é simplesmente a soma dos preços dos bens que compõem esse estoque, estabelecidos nos diversos mercados em que foram ou podem ser comercializados. Para Marx, ao contrário, o capital é uma relação de produção reificada que não se orienta pelo consumo e pelo bem-estar das pessoas, mas, ao contrário, que tem a si mesmo como fim absoluto. Eis que, para ele, essa relação, para sobreviver indefinidamente, precisa consumir o trabalho humano e a natureza, subordinando a si também as pessoas enquanto consumidoras de mercadorias.

Está posta, pois, a seguinte questão: como conciliar esses dois critérios de demarcação para melhor definir os subcampos da macroeconomia? Aqui se aposta num caminho que não se afigura usual: para desvendá-lo – supõe-se de partida –, é preciso compreender melhor a própria Lei de Say, assim como, também, as críticas que dela fizeram Marx e Keynes.

De um primeiro modo de rejeitar a lei dos mercados

Para seguir esse caminho é preciso iniciar examinando o tratado original do próprio Jean-Baptiste Say, publicado pela primeira vez em 1803, em que a “lei dos mercados” foi apresentada. Aí se pode ver, em primeiro lugar, que esse autor sustenta uma tese básica que será compartilhada por Keynes, pois, para ele, a produção, mesmo sendo produção de valor (utilidade) que apenas se realiza por meio da venda por dinheiro, destina-se já sempre ao consumo: “a produção não é em absoluto uma criação de matéria, mas uma criação de utilidade” (SAY, 1983, p. 68). Ora, essa premissa é crucial; eis que ela é um marco inicial que determina todo o curso da argumentação que vai se constituir, ao fim e ao cabo, após outras premissas serem incorporadas, numa visão teórica particular no campo da Economia Política. Porém, ela não determina ainda se a causação vai da produção para o consumo ou, ao contrário, se ela vai do consumo (direto e indireto) para a produção.

Ao examinar o texto de Say, verifica-se imediatamente que ele opta pelo primeiro sentido. Ao examinar o fato da indústria em geral na sociedade moderna, ele procura mostrar que ela não apenas gera novos “produtos”, mas que gera também os “meios para os adquirir”. Assim sendo, diz ele, “daí

resulta, embora à primeira vista pareça um paradoxo, que é a produção que propicia mercados aos produtos”. E ele sustenta que essa tese vale não somente em uma economia de troca simples, mas que se verifica também numa economia em que todas as trocas são mediadas por dinheiro, de tal modo que cada troca final de produto por produto desdobra-se em duas: em uma venda por dinheiro e uma compra por meio do dinheiro. Ora, se pensa assim é porque toma conscientemente o dinheiro como mero meio de troca, como algo neutro que não afeta o resultado final das transações. A produção numa economia monetária vende-se imediatamente por dinheiro, mas “o dinheiro” – diz ele – “é apenas a viatura do valor dos produtos”. O dinheiro, diz também de modo ainda mais explícito, “desempenha somente um ofício passageiro nessa troca dupla; e, terminadas as trocas, verifica-se que produtos foram pagos com produtos” (*ibidem*, p. 137-139).

O argumento de Say, mesmo ao se afigurar como tal, não é ingênuo. Vale lembrar que a existência de superprodução foi apontada por Malthus e Sismondi, muito antes das críticas de Marx e Keynes, como evidência iniludível de que sua tese era errônea. Ora, ele reconheceu ao seu tempo a existência empírica da abundância eventual ou mesmo generalizada de mercadorias nos momentos de crise. A proposição que acabou sendo chamada de Lei de Say era, para

ele, entretanto, um princípio governante dos mercados, o qual se manifestaria sempre que eles pudessem funcionar livremente, isto é, sem que eventos exógenos tais como os desastres naturais ou políticos, a incompetência ou a ganância dos governantes, viessem a perturbá-los. De qualquer modo, pensando da produção para o consumo, Say convinha sempre que “a demanda dos produtos em geral é tanto maior quanto mais ativa for a produção”, para ele, “uma verdade estabelecida não obstante seu aspecto paradoxal” (*ibidem*, p. 142).

Posto isto, é preciso agora verificar como Keynes contesta, de fato, a lei proposta pelo pensador francês cujo tratado de economia política já completou mais de duzentos anos. Veja-se, de início, que a Lei de Say contém em si mesma duas afirmações, as quais, na formulação usualmente apresentada, aparecem unificadas: a primeira diz que a oferta cria a procura e a segunda diz que a procura será sempre suficiente, em princípio, para cobrir toda a oferta. Ora, como se mostrará, Keynes, também de modo paradoxal, contestou não só a segunda, mas também (implicitamente) a primeira afirmação.

No famoso capítulo sobre o princípio da demanda efetiva da *Teoria Geral*, ele parte dos dispêndios dos empresários capitalistas: para obter renda (isto é, lucro), eles têm primeiro de arcar com os custos dos fatores (a saber,

trabalho e terra) e com os custos dos usos (isto é, dos usos de matérias primas e dos equipamentos). A sua ótica analítica, portanto, concentra-se nos dispêndios capitalistas que ocorrem, e só ocorrem, em função das expectativas de lucro; assim sendo, diz, “o volume do emprego depende do nível de receita que os empresários esperam receber da correspondente produção” (KEYNES, 1983, p. 30). Ora, mesmo por meio dessa curta citação, fica já evidente que o grande economista inglês do século XX, ao contrário de Say, que escreveu no começo do século XIX, parte da demanda para chegar à produção. E, mantendo-se nessa perspectiva, ele reinterpreta a lei dos mercados do seguinte modo, isto é, de modo inverso à formulação original:

a Lei de Say, segundo a qual o preço da demanda agregada do produto como um todo é igual ao preço de sua oferta agregada para qualquer volume de produção, equivale à proposição de que não há obstáculo para o pleno emprego. (*ibidem*, p. 31)

O mesmo se pode verificar pela formulação do próprio princípio da demanda efetiva, o qual se refere a situações em que já se prevê a possibilidade de equilíbrios abaixo do pleno emprego: “a propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível do emprego” e, assim também, o nível da produção (*ibidem*, p. 33).

Deve ficar claro, neste ponto da exposição, que Keynes pensa o modo de produção capitalista a partir da esfera da circulação de mercadorias, desfazendo a identidade imediata entre a oferta agregada e a demanda agregada. E que, em consequência dessa opção, o nível da atividade econômica em sua teorização fica determinado a partir dos dispêndios dos trabalhadores, dos capitalistas, das “classes ociosas” e dos governantes. Sem dúvida, trata-se esta de uma característica central de sua teoria econômica. Mas, ao apontá-la, ainda não se conseguiu descortinar toda a especificidade de sua construção, que visa apreender o modo de funcionamento não ótimo do capitalismo.

Como enfatizam os interpretes pós-keynesianos, o próprio Keynes, como economista teórico e aplicado, nunca se afastara da ideia de que o processo econômico é temporal e histórico e que, portanto, as transações econômicas, sempre mediadas pelo dinheiro, são interações que conectam não só o passado ao presente, mas também o futuro ao presente. E que, por isso mesmo, ele nunca acolhera os princípios “clássicos” da neutralidade da moeda, de que o dinheiro pode ser sempre substituído por ativos reais, assim como da previsibilidade certa e confiável do futuro (DAVIDSON, 2007, p. 143). Em consequência, ele admitira como fundamento pétreo de sua teoria como um todo que a coordenação das ações nos processos

econômicos em geral não podia nunca ser perfeita como admitiam os “clássicos”. Ao contrário, para ele, na realidade do sistema econômico, essa coordenação mantinha-se sempre tendencial e aproximativa, podendo se endereçar a situações bem aquém da ótima.

A demarcação apresentada, que define sem dúvida dois subcampos da macroeconomia, ainda assim parte de uma compreensão do sistema econômico como um sistema formado por agregação ou por composição⁵ de indivíduos racionais (no sentido usual da teoria econômica, mas admitindo que esses indivíduos possam ser também, de algum modo, limitadamente racionais) que interagem nos vários mercados por meio de trocas de bens presentes e de bens futuros, assim como de suas representações. Segundo essa compreensão, aliás, é justamente o plexo dessas interações que constitui o sistema econômico enquanto tal. De qualquer modo, à tal visão de sistema econômico convém uma noção de equilíbrio que está de algum modo assentada na compatibilidade das decisões dos indivíduos que compõem o sistema e na suposição de que cada um deles faz escolhas visando obter a melhor situação possível para si mesmo. Em consequência, para poder discutir em sequência certa noção de equilíbrio que está presente nas formulações tanto dos “clássicos”, quanto de Keynes, torna-se necessário apresentar essas duas posições de um modo sintético. Se DA e

OA representam, respectivamente, a demanda agregada e a oferta agregada, tem-se:

“Clássicos”:

$OA (\rightarrow) = DA \geq$ equilíbrio de pleno emprego

Keynes:

$OA = (\leftarrow) DA \geq$ equilíbrio abaixo ou de pleno emprego

Os “clássicos” adotam uma noção de equilíbrio que tem por referência uma situação ideal. Nessa situação, o estado de equilíbrio é atingível, em princípio, por meio de um processo que opera rapidamente, de tal modo que a sua dinâmica – e, assim, atemporalidade histórica plena em que ela está imersa – pode ser, desse modo, abstraída. Na base do sistema econômico em consideração, encontram-se indivíduos que buscam o seu próprio interesse, escolhendo e atuando para chegar ao melhor estado possível de satisfação. Nesse mundo francamente idealizado, cada indivíduo, tomando como dadas as coisas, as outras pessoas, as instituições e os preços possíveis, procura chegar ao seu próprio equilíbrio; eles buscam se adaptar otimamente ao mundo que não escolheram, e o resultado de suas opções descentralizadas não gera, como era de se esperar, qualquer caos local ou global. Ao contrário, uma boa ordem é gerada porque o sistema econômico que forma esse mundo está dotado de uma capacidade de coordenação

que é usualmente apreendida por meio da noção de “mão invisível”. Supõe-se que esta “mão” promova, por meio de tentativas e erros, a coordenação das escolhas e das ações dos indivíduos de tal modo que o sistema como um todo pode se aproximar do balanceamento na situação de ótimo.

Como se sabe, a divergência central entre os “clássicos” e Keynes se apresenta nesse quadro de referência que postula a situação de ótimo individual e social como simplesmente possível. Encontra-se, precisamente, na questão de saber se essa situação, em princípio, devém espontaneamente apenas por meio do funcionamento livre dos mercados.

Em outras palavras, consiste em saber se equilíbrio do sistema tende a ser de pleno emprego ou pode se permanecer por longo tempo abaixo do pleno emprego. *Grosso modo*, segundo Keynes, a “mão invisível” não é perfeita, podendo, ao contrário, chegar a resultados bem insatisfatórios. Eis o resumo de sua concepção do funcionamento global do sistema econômico que, em última análise, pretende mostrar porque a falha sistêmica é uma situação normal do funcionamento dos mercados. Dada a propensão marginal a consumir da sociedade, o equilíbrio do emprego dependerá do investimento corrente. E este, por sua vez, depende do incentivo a investir, isto é, das taxas de lucros esperadas e das taxas de juros que é preciso pagar para financiá-lo.

O estado das expectativas influi, portanto, no nível do investimento. Há sempre um nível de emprego compatível com o equilíbrio. Este, em princípio, não pode ser superior ao máximo nível de emprego possível, “mas não há, em geral, razão para que ele seja igual ao pleno emprego”. Ao contrário, segundo Keynes, “quanto mais rica for a comunidade, mais tenderá a ampliar a lacuna entre a sua produção efetiva e a potencial” (KEYNES, 1983, p. 28). Tal lacuna, portanto, passa a aparecer em sua análise como o estado normal do sistema econômico.

Ora, à medida que a análise de Keynes deixa de conceber o estado de ótimo como o estado normal desse sistema, ela tem também de reintroduzir de algum modo a historicidade do processo econômico.

Segundo autores pós-keynesianos, Keynes, em sua *Teoria Geral*, pensa por meio de um modelo estacionário em que as expectativas de longo prazo estão dadas, mas as de curto prazo podem mudar e, de fato, mudam de maneira adaptativa, porque nunca se realizam adequadamente, mas persistem tentando fazê-lo. Conforme “os planos iniciais fracassam, o equilíbrio pode ainda ser obtido, após um período de tempo histórico [...] conforme os empreendedores persistem em suas crenças até que o equilíbrio seja estabelecido por tentativa e erro” (KREGEL, 1976, p. 217)⁶. Assim se vê

que, para pensar o equilíbrio, Keynes faz um corte no tempo histórico (o qual não deixa de ser, também, um modo de abstraí-lo); eis que ele o põe entre parênteses na medida em que isto é necessário para pensar o curto prazo. Ora, como o curto prazo é um momento restrito no interior do longo prazo, está-se na presença de um mero recurso metodológico. Em sua teoria enquanto uma teoria do evoluer do capitalismo, ele incorpora plenamente o tempo histórico.

Fica claro, porém, que Keynes, assim procedendo, nunca rompeu totalmente com a teoria neoclássica. Para tanto, ele deveria ter recusado o individualismo metodológico, assim como a noção de equilíbrio como compatibilidade sistêmica de decisões individuais não *ex-ante* coordenadas. Ele teria de ter se afastado, também, da tese de que este tipo equilíbrio é um estado para o qual tende o funcionamento econômico. Ora, ele nunca chegou a tal ruptura, mesmo se não adotou a versão extrema dessa perspectiva teórica, o atomismo metodológico, que se constitui como o patrimônio mais precioso da teoria neoclássica da tradição walrasiana, que atualmente quer, inclusive, apresentar-se de maneira impoluta na linguagem da topologia. E é essa tradição que formula teorias no interior das quais, por imperativo lógico, o tempo histórico se torna irrelevante.

De um segundo modo de rejeitar a lei dos mercados

Para efeito de comparação imediata – e para provocar a necessidade de uma explicação posterior –, indica-se, em sequência, a posição de Marx, também de modo sintético, por meio de uma desigualdade. Note-se que, no contexto da teoria marxiana, a noção de estoque planejado (EP) não pode ser fundamentada de modo objetivo e que, por isso, também não pode ser empregada⁷. E que, em consequência, é preciso redefinir a oferta agregada que passa a ser indicada agora por AO^* . Mesmo se EP não existe agora, tem-se que $OA^* = OA + EP$ do ponto de vista formal. Os estoques de mercadorias ofertadas, mas não vendidas, são uma necessidade trazida pela anarquia do sistema, não sendo em princípio, portanto, enquanto tais, desejados. Por outro lado, em particular, no modo de produção capitalista há sempre, também, excesso de oferta de força de trabalho, o qual é não apenas necessário, mas vem a ser, ao contrário, “secretamente” desejado pelos capitalistas. Como bem se sabe, eles não apreciam a escassez de “mão-de-obra”. O que essa desigualdade mostra, portanto, é que, da perspectiva de Marx, há quase constante excesso de oferta numa economia capitalista em todos os mercados, assim como, portanto, no sistema como um todo.

Marx:

AO* (\rightarrow) > DA \geq ausência de pleno emprego

Ora, mesmo se Marx rejeita fortemente a Lei de Say, mantém ainda que a oferta, exceto em condições excepcionais, precede a procura. Para ele, uma e outra têm de ser explicadas a partir do ímpeto da produção ou, mais precisamente, a partir do movimento da acumulação de capital, sem que estejam *ex-ante* ou mesmo sem que possam estar *ex-post* necessariamente coordenadas. Ao contrário, segundo ele, o processo mercantil apenas se ajusta de modo difícil, lenta e anarquicamente, por meio de movimentos compensatórios que se dão no tempo histórico. De qualquer modo, em sua perspectiva, tanto a oferta, quanto a demanda, em seu desacerto contínuo, encontram-se igualmente determinadas pela lucratividade da inversão na produção corrente, assim como na produção futura. O que orienta a produção é a taxa e a massa de lucro que podem ser obtidas para remunerar o capital avançado. Mesmo se a criação da oferta engendra também a procura, por isso mesmo, não é verdade, para Marx, que a demanda efetiva seja sempre, ou mesmo tendencialmente, suficiente para realizar o valor de todas as mercadorias que são produzidas no modo de produção capitalista.

Para que haja produção, é preciso que a decisão de produzir se transforme, no curto prazo, numa série de decisões de comprar matérias

primas e auxiliares e de contratar força de trabalho tendo em vista pô-las, em sequência, em funcionamento numa unidade de produção. No longo prazo, por sua vez, a vontade de produzir mais implica em decisões que mantêm ou elevam a capacidade da produção. Os capitalistas que tomam essas decisões não são encarados, entretanto, como sujeitos autônomos, que se guiam por um autointeresse arraigado numa natureza humana transistórica. Marx não acolhe, como se sabe, a antropologia utilitarista que pretende definir o ser humano pela busca egocêntrica de autosatisfação. De outro modo, os capitalistas, por exemplo, são vistos como sujeitos sociais suportes do sujeito automático capital, o qual, por sua vez, nada mais é do que a forma reificada da relação social que subordina o trabalho assalariado. Nessa perspectiva, a acumulação de capital e, em consequência, a produção de mercadorias, é encarada como o motor do desenvolvimento do sistema e, assim, daquilo que é superficialmente apreendido como crescimento econômico.

A Lei de Say não é válida para Marx apenas porque a descoordenação entre a oferta e a demanda agregada é possível; também não apenas porque subsiste uma tendência crônica ao subconsumo na sociedade burguesa ou porque os capitalistas, em certas conjunturas, se assustam com um futuro que lhes parece incerto e, assim, passam a preferir a liquidez em relação ao investimento⁸. Eis que, para

ele, tais eventos, quando ocorrem, são apenas manifestações fenomênicas de algo mais fundamental. Em primeiro lugar, como já foi dito, a existência constante de um certo déficit de demanda efetiva em relação à oferta total de mercadorias é, para ele, inerente ao próprio modo de produção enquanto tal. Este não é planejado, mas anárquico – uma “ordem” que se dá por meio de uma certa “desordem”. Mas isto não é tudo, porque tal desajustamento não é afetado apenas por fatores que se mostram como um ruído estocástico. Há algo mais fundamental.

Eis que esse déficit se contrai e se amplia com o evoluir da contradição central que mora no próprio modo de produção e que é o motor de seu próprio desenvolvimento. Pois se trata de um sistema orientado pela valorização do valor – e não pela produção de valores de uso que atendem as necessidades sociais –, mas que, ainda assim, precisa produzir valores de uso em profusão, sempre mais, mais e mais, para vendê-los como mercadorias (MARX, 1980, p. 929-931). Ora, esse processo não é sossegado, mas desabalado. Se a valorização está ocorrendo de forma bem-sucedida, a produção de valor de uso ultrapassa todas as medidas, gerando aparente superprodução; no decorrer desse processo, no entanto, a valorização passa a fracassar em certa medida e, assim, a produção de valor de uso tem necessariamente de se

contrair, mostrando, então, que a acumulação se tornara desmedida por impulso próprio, isto é, transformara-se em superacumulação. A mesma tese que afirmara a relação de capital como automovimento insaciável e incontrolável, vem agora confirmar as crises como momentos negativos necessários, também incontroláveis, desse próprio automovimento.

Na perspectiva de Marx, o impulso de acumulação nasce e se efetiva na esfera da produção mercantil. É aí, pois, que se deve procurar uma conexão decisiva entre o investimento e a poupança. A maior parte dessa última forma-se nas próprias empresas – e não no âmbito das famílias. Eis que ela é principalmente reserva para acumulação – e não reserva para consumo futuro. A sua alocação, é certo, pode passar pelo mercado de fundos emprestáveis, mas isto não elimina – ao contrário, pressupõe – um vínculo entre o lucro passado que proveio da operação da empresa e o lucro futuro que pode provir do novo investimento, pois as decisões de investir dependem tanto das expectativas de lucro quanto da capacidade de gerar lucros – e, portanto, da existência de lucros retidos – no âmbito das empresas.

Marx admite, é certo, que há certa independência do investimento em relação à poupança, porque ele pode ser financiado em parte pela criação *ex-nihilo* de capital-dinheiro

por parte do sistema bancário. Mas esse processo não está desconectado da lucratividade passada e possível, isto é, da capacidade das empresas capitalistas de remunerar o capital aplicado⁹. Marx admite, também, que a demanda efetiva, além de depender de certa autonomia do investimento, pode também ser influenciada pelo nível dos gastos do Estado. Entretanto, tais acicates econômicos estarão sempre limitados por constrangimentos endógenos ao próprio processo de acumulação de capital. A própria regulação estatal que atua até certo ponto, por exemplo, será sempre, em certa medida, uma ilusão que gera frustrações contínuas na perspectiva da teoria crítica do capitalismo que vem de Marx.

Marx e Keynes, por isso, divergem radicalmente no modo de pensar o movimento do sistema econômico. O segundo, mesmo se contempla a imperfeição constante dos mercados, admitindo que o afastamento do equilíbrio de pleno emprego tem causas endógenas, ainda assim analisa posições de balanceamento, empregando, para tanto, a chamada estática comparativa. Ora, o primeiro, quando analisa o evoluir real do sistema como um todo, põe toda ênfase explanatória na dinâmica que ocorre fora de todo equilíbrio possível. O seu método de análise do modo real por meio do qual se dá a reprodução do sistema do capital, portanto, é intrinsecamente temporal, isto é,

dinâmico, processual, dependente de trajetória (FREEMAN, 2015).

O equilíbrio convencional, tal como pensado pela teoria econômica em geral, existe *ex-ante*, isto é, como possibilidade inscrita de antemão nos planos dos agentes, vindo a ser posto *ex-post* (ainda que de modo incerto, segundo Keynes) pelos processos de realimentação negativa do próprio sistema. Ele existe em função de certos dados tais como preferências, tecnologias, etc. Supõe-se, ademais, que decisões intencionais adaptativas dos agentes, dadas todas as circunstâncias, produzem tal resultado não intencionalmente. Do ponto de vista matemático, este equilíbrio é tanto um ponto atraente, quanto um ponto fixo¹⁰. E isto tem uma consequência fundamental para a análise econômica. Como o sistema não está em movimento no ponto fixo, mas ainda assim é preciso admitir que ele se move – afinal quer-se apreender um sistema econômico real, que está sempre em processo de mudança –, torna-se necessário procurar a origem da mudança em choques exógenos e em causas externas. A teoria neoclássica, que ama o rigor lógico em detrimento do realismo, mantém firme essa posição, mas a teoria de Keynes, que prefere uma melhor adequação da teoria ao movimento do sistema real, sacrifica em certa medida o rigor lógico, não abandonando a tese de que a mudança é gerada endogenamente.

O equilíbrio adotado por Marx, aparentado, mas não idêntico àquele que aparece na economia clássica (Smith e Ricardo)¹¹, é, antes de tudo, um ponto atraente que não é um ponto fixo. É posto como tal, momento a momento, pelo próprio processo econômico, que é histórico e, assim, dependente da própria trajetória. Só existe, portanto, porque foi posto endogenamente pelo próprio funcionamento reificado do sistema econômico, sem se originar e sem passar em nenhum momento pela consciência dos atores que participam do mundo econômico. Diferentemente do equilíbrio empregado na análise econômica convencional, que é postulado como um estado perto do qual o sistema sempre está, mas que rigorosamente não pode ser observado, o equilíbrio adotado por Marx pode ser apreendido empiricamente como uma média da variável indicadora do estado do sistema num certo período de tempo. Se a noção de equilíbrio de ponto fixo requer a força e a abstração do tempo histórico, a noção de equilíbrio temporal exige, necessariamente, a referência ao tempo histórico. Quando se passa de um a outro, observa-se, ademais, uma mudança de registro: passa-se de uma compreensão cinematográfica do movimento para uma compreensão processual, que, para ser expressa com rigor lógico, requer o pensamento dialético (PRADO, 2014, p. 111-118).

Como foi acentuado por Shaikh, essa equilibração figura como gravitacional¹² porque é posta por meio de um processo turbulento em que o estado eventual de balanceamento configura-se apenas por meio de desbalanceamentos constantes e recorrentes e que se compensam apenas em largos períodos. “O exato balanceamento” – diz esse autor – “é apenas um fenômeno transiente, já que as variáveis consideradas ficam sempre aquém ou além do centro gravitacional” (SHAIKH, 2016, p. 104). No dizer de Marx, ao falar do ajustamento entre preço e valor, esse tipo de comportamento “não é um defeito dessa forma¹³, mas a torna, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra” (MARX, 1983a, p. 92).

Portanto, da perspectiva de Marx, não apenas o sistema econômico real se encontra permanente fora de qualquer equilíbrio possível, mas também se impõe apreendê-lo como um processo irrevocável de mudança e de vir a ser, de um modo teoricamente consistente, sem cair em constantes contradições. O método econômico, em sua visão, portanto, deve respeitar verdadeiramente tanto a complexidade constitutiva inerente ao sistema econômico enquanto tal, quanto o seu processo histórico de desenvolvimento. Apesar de funcionar segundo trajetórias desequilibradas, o

movimento contínuo do sistema econômico engendra, por meio de processo gravitacional turbulento, uma equilibrção temporal que pode ser apreendida empírica e teoricamente. E isto tem sido feito, à margem da ciência dominante, por meio de estudos da dinâmica real das séries históricas que registram variáveis econômicas, tais como preços, taxas de juros e lucros, estoques, montantes de consumo, renda, uso da capacidade de produção, etc. E esses estudos mostram que os processos de ajustamento acontecem, mas, em geral, eles demoram meses e meses, anos, podendo também se alongar por uma década ou ainda mais (SHAIKH, 2016, p. 105-109).

Deve ter ficado claro, neste momento, que há diferenças muito substantivas nos modos pelos quais Marx e Keynes pensam os fenômenos econômicos e que, portanto, as suas teorizações embasam e constituem subcampos distintos no campo da macroeconomia. Há aí – dir-se-á aqui em conclusão – um subcampo neoclássico que engloba parte do keynesianismo, um subcampo propriamente keynesiano (desenvolvido como pós-keynesiano) e um subcampo marxiano (muito pouco desenvolvido enquanto uma alternativa no campo da macroeconomia). A questão que fica agora é compreender como essas diferenças se refletem no método de análise dos fenômenos que ocorrem no desenvolvimento real do sistema econômico, ao longo da história. Mas se pode dizer,

de maneira introdutória, que eles podem ser definidos, respectivamente, como uma negação equilibrista, um retorno parcial e um desenvolvimento radical da economia política clássica (MATTICK, 2010).

Leis empíricas e tendências estruturais

O senso comum que permanece como um pano de fundo do pensamento econômico em geral não pode negar que o sistema econômico real é um sistema complexo. E por isso se entende que ele é composto, complicado e evolvente. Por um lado, tem muitas partes e elas estão entre si conectadas, isto é, muito bem entretecidas. Por outro lado, ele se mostra difícil de entender ou explicar porque contém inúmeros aspectos. Ademais, de acordo ainda com o senso comum, ele se transforma e se produz a si mesmo, ou seja, ora está num estado, mas logo vem a ser / a estar em outro por força do próprio desenvolvimento, sem que isto seja bem previsível¹⁴. No entanto, o modo teórico de apreender essa complexidade não se mantém sempre em conformidade com essa descrição, mesmo se ela não pode ser negada enquanto tal. Como bem se sabe, o modo de teorizar pode querer conservá-la, de algum modo, no interior da própria formulação teórica, mas também pode, paradoxalmente, aboli-la completamente por meio de formulações altamente idealizadas. Ora, na origem dessas divergências subjazem

questões lógicas e ontológicas que estão intimamente ligadas a certas opções de ordem ideológica, às vezes cinicamente negadas.

Em sequência, pretende-se examinar essas questões tendo em mente dar acabamento à solução do problema posto no início do artigo. Como já ficou indicado, é possível distinguir, *grosso modo*, três grandes subcampos no campo da macroeconomia. Procurar-se-á mostrar, agora, que eles podem ser bem caracterizados pelos modos como se posicionam em relação à complexidade do sistema econômico e, assim, como são capazes de apreendê-la verdadeiramente.

A teoria que Keynes chamou de “clássica” foi conservada na teoria econômica contemporânea pelas teorizações definidas, em linhas gerais, como neoclássicas. Elas empregam rigidamente o método analítico para estabelecer uma relação constitutiva entre as partes e o todo que delas diretamente (supostamente) se origina, o qual, no caso, é o sistema econômico. Toma as partes, isto é, os agentes, como se fossem átomos (no sentido antigo do termo) perfeitamente distinguíveis e separáveis entre si, reduz o todo a tais partes assim concebidas, passando a pensá-lo por mera agregação. Para tanto, supõe que esses agentes são perfeitamente racionais e que sempre fazem escolhas ótimas. Admite, ademais, que a mão invisível que faz a coordenação das escolhas desses agentes opera,

também, de maneira perfeita de tal modo que o sistema como um todo apresenta, também, a propriedade do ótimo de Pareto. Ora, o método desse tipo de teoria consiste em pensar o sistema econômico em estado de equilíbrio, segundo modalidades que aqui não há interesse em considerar (SOROMENHO, 2012).

A teoria do próprio Keynes, de modo diferente, concebe a economia real como uma composição em que os agentes (as partes) formam o sistema econômico (o todo) por emergência – e não, supostamente, por simples agregação. As partes são distinguíveis e separáveis (o método é ainda individualista), mas o todo não é simplesmente redutível a elas, pois ele se forma a partir da interação altamente complexa das partes em condições materiais e institucionais que são consideradas como historicamente mutáveis. Ao manter essa compreensão do sistema econômico, essa forma de teorização não pode mais abolir completamente, no plano da própria teoria, a historicidade intrínseca dos processos econômicos reais. Em consequência, ela não pode mais admitir que o cálculo dos agentes seja perfeito, que eles sejam capazes de fazer previsões igualmente perfeitas (num contexto determinista) ou que possam avaliar perfeitamente os riscos (num contexto estocástico). A teoria continua ainda a estar baseada nas decisões supostamente autônomas dos agentes, mas, agora, as suas expectativas encontram-se afetadas pela incerteza. Em

consequência, eles não são mais capazes de prever o futuro de modo confiável, do que resulta que o processo econômico como um todo passa a ser compreendido como não ergódico.

Se o modo teórico por meio do qual se apreende o funcionamento do sistema econômico como um todo, nesse subcampo da macroeconomia, passa a guardar uma certa distância do neoclássico, não pode também se afastar totalmente dele. Ao invés de se concentrar na análise de uma ordem perfeita em relação à qual o funcionamento do sistema pode supostamente se aproximar, ele passa a considerar certos elementos que nela introduzem defasagens, perturbações e desordens, as quais, aliás, são vistas, agora, como sistêmicas, intrínsecas ao próprio sistema enquanto tal. As formulações teóricas passam então a incorporar certas ineficiências, certas imperfeições e mesmo certos desbalanceamentos persistentes possíveis. A mudança, porém, não se mostra radical em relação ao chamado paradigma dominante, mesmo se ela traz, de fato, uma reforma substantiva em sua arquitetura: no paradigma alternativo que os keynesianos apresentam, “ao invés de competição perfeita, tem-se competição imperfeita; ao invés de pleno emprego automático, tem-se persistente desemprego” (SHAIKH, 2016, p. 4). Em resumo, a mão invisível, para os keynesianos, é vacilante

e mesmo mal endereçada, de tal modo que, para funcionar bem ou razoavelmente de modo melhor, ela precisa sempre ser guiada por uma intervenção adequada e prudente do Estado. As teorias desse subcampo, outrossim, visam sempre embasar ou aprimorar a regulação macroeconômica tendo como metas uma aproximação do pleno emprego no curto prazo e um crescimento econômico robusto e sustentável no longo prazo, supondo que tais metas sejam possíveis.

Ora, a tese originada na visão de Marx segundo a qual o movimento do sistema capitalista é sempre, nos planos micro e macroeconômico, um processo gravitacional turbulento está imediatamente em contradição com tais crenças. Para ela, a eficiência sistêmica da mão invisível decantada na teoria neoclássica é uma crença apologética; por sua vez, a eficácia da mão visível do Estado na correção das falhas dos mercados, celebrada na teoria keynesiana, é uma crença quimérica¹⁵. Para Marx, o modo de produção capitalista é uma forma histórica de organização social que se move no espaço geográfico e no tempo histórico segundo certos padrões de regularidade, os quais não podem ser caracterizados nem como configurações muito bem ordenadas, nem como configurações totalmente caóticas. Em consequência, se o comportamento desse sistema que se expressa nesses padrões pode ser, em certa medida, tentativamente regulado, ele tem um moto

próprio que desafia, inverte e impede todo ensaio de controle que se orienta por uma racionalidade que lhe é exterior.

E essa visão tem um fundamento ontológico que se expressa também no plano da lógica. É bem evidente que o autor de *O capital* pensa o sistema econômico, dialeticamente, como uma estrutura de relações sociais em processo de desenvolvimento, isto é, como uma totalidade¹⁶ que evolui por meio de suas contradições internas. A organização social constituída nessa base de relações estruturais por meio de um complexo de normas e instituições está evidentemente formada por atores reais (*grosso modo*, capitalistas, trabalhadores, governantes). Porém, mesmo se o comportamento desses agentes está na base do funcionamento do sistema, este apresenta comportamentos emergentes, os quais não podem ser compreendidos por mera redução ao comportamento desses atores. Em consequência, a ciência que apreende tais processos turbulentos não pode se basear em metodologias reducionistas, tais como o individualismo e o coletivismo. Ademais, ela não pode depender da construção de modelos que visam meramente captar o comportamento aparente dos fenômenos econômicos, na esperança de descobrir as suas leis empíricas, seja para meramente entender o seu modo de funcionamento, no plano do raciocínio abstrato, seja para prevê-los ou simulá-los, no

plano da apreensão dos fatos reais ou dos fatos meramente possíveis.

Nada espelha melhor o método marxiano de pensar o sistema econômico como um todo do que a famosa equação estrutural da taxa de lucro que foi apresentada pelo próprio Marx como lei da queda tendencial da taxa de lucro e de suas causas contrariantes—portanto, como uma expressão explícita do conflito implícito inerente a um processo de produção que é, sobretudo, um processo de valorização. A taxa de lucro é o móvel da acumulação de capital, mas a própria acumulação cria barreiras para o seu próprio desenvolvimento, as quais se expressam no andamento temporal da própria taxa média geral de lucro.

Em sua formulação mais simples, que, aliás, pode ser ampliada de vários modos, ela apresenta a taxa de lucro como uma razão entre a taxa de exploração e a composição orgânica do capital adicionada de 1. Em termos teóricos, essas duas variáveis explanatórias estão expressas em valor trabalho e, ao mesmo tempo, em valor monetário, de tal modo que, em princípio, podem ser medidas empiricamente (não, porém, sem dificuldades e imprecisões). Contudo, essa equação não pode ser compreendida nem como lei empírica, nem como fórmula puramente lógica (PRADO, 2014). Em consequência, ela não pode ser usada para prever um curso da taxa geral de

lucro num sistema fechado, pois apresenta uma tendência, num sistema aberto, que funciona de modo anárquico sem se arranjar ou desarranjar completamente¹⁷. O seu objetivo precípua consiste em mostrar as “forças contraditórias” que atuam na taxa de lucro no próprio processo da concorrência dos capitais e, assim, da acumulação de capital, e que se fazem valer de modo complexo – por meio de efeitos de realimentação negativa e positiva que se entrelaçam de um modo difícil de deslindar – no processo da história (BENSAÏD, 1999, p. 393-398).

Há, pois, três grandes subcampos no campo da macroeconomia, entendido este, por sua vez, como subcampo da Economia Política. E eles não formam, juntos, uma esfera tranquila; ao contrário, formam um terreno de disputas, no qual as crenças políticas frequentemente se sobrepõem ao espírito científico. E é assim mesmo, se este último põe normas sóbrias de avaliação do conhecimento, as quais, assentadas em imperativos éticos, impedem completamente essa sobreposição. Ao contrário, essas normas determinam que se deve sempre travar aí um debate aberto e franco, tal como em qualquer campo do conhecimento que se apresente como científico. Nesse sentido, tendo em vista a prosperidade da própria macroeconomia, todos eles deveriam ser considerados, em princípio, como fontes de conhecimento possível. As boas disputas

exigem, por sua vez, um clareamento do próprio campo em que são travadas. Aqui se procurou mostrar certas diferenças cruciais que demarcam fortemente esses três subcampos. Eles são bem distintos entre si. Há, no entanto, autores que preferem aproximá-los. Aquele que escreveu esse artigo discorda dessa orientação e, por isso, procurou apresentar aqui a sua visão contrária¹⁸.

Bibliografia

- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- DAVIDSON, Paul. “Keynes and money.” In: ARESTIS, P. & SAYER, M (ed.). *A handbook of alternative monetary economics*, cap. 9..Londres: Edward Elgar Publishing, 2007, p. 139-153.
- FREEMAN, Alan. “Heavens above: what equilibrium means for economics.” In: MOSINI, V. (ed.). *Equilibrium in Economics: Scope and Limits*. Londres: Routledge, 2007. Internet: Munich Personal RePEc Archive, nº 65045, 2015.
- _____. “Schumpeter’s theory of self-restoration: a causality of Samuelson’s Whig historiography of Science.”, *Cambridge Journal of Economics*, vol. 38, 2014, p. 663-679.
- GRESPLAN, Jorge L. da S. *O negativo do capital – O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- HARDY, Jane. “Radical economics, Marxist economics and Marx’s economics”, *International Socialism*, nº 149, janeiro de 2016.
- KEYNES, John M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KREGEL, Jan. “Economic methodology in the face of uncertainty: the modelling methods of Keynes and the post-Keynesian.”, *The Economic Journal*, 86, jun. 1976, p. 209-225.
- LAVOIE, Marc. *Post-Keynesian economics – New Foundations*. Cheltenham: Edward Elgar, 2014.
- MARX, Karl. *O capital – Crítica da economia política*. Volume I, livro primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

_____. *O capital* – Crítica da economia política. Volume III, livro primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

_____. *Grundrisse* – Manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Teorias da mais-valia*. Volume II. São Paulo: Difel, 1980.

MATTICK, Paul. “Marx e Keynes.” In: *Marx & Keynes: os limites da economia mista*. Lisboa: Antígona, 2010, p. 33-41.

MÜLLER, Marcos L. “Exposição e método dialético em ‘O capital’”, *Boletim Seaf*, nº 2, 1982.

PRADO, Eleutério F. S. “O todo e as partes: a questão da emergência.” In: *Economia e Complexidade* – Tomo III. São Paulo: Plêiade, 2014, p. 145-169.

_____. “Capitalismo: contradição e dinâmica.” In: *Economia e Complexidade* – Tomo III. São Paulo: Plêiade, 2014, p. III-144.

_____. “Lei de Marx: Pura lógica? Lei empírica?”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 37, 2014, p. 119-142.

_____. “Kalecki: entre Marx e Keynes”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 44, 2016, p. 65-84.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Editora Abril, 1983.

SHAIKH, Anwar. *Capitalism – Competition, conflict, crises*. New York: Oxford University Press, 2016.

SNOWDON, Brian & Vane, Howard R. *Modern macroeconomics – Its origins, development and current state*. Cheltenham, RU: Edward Elgar, 2005.

SOROMENHO, Jorge E. de C. “Hayek, Hicks e a ascensão do walrasianismo.”, *Economia e Sociedade*, vol. 21, n. 2 (45), 2012, p. 219-244.

TAVEIRA, Alexandre P.; CLEMENTE, Leonel T. & CLEMENTE, Ademir. “Demanda efetiva em Marx e Keynes: uma crítica às tentativas de assimilação.” In: *Anais do XVI Encontro Nacional da Região Sul*, 2013.

Notas

1. Nesse sentido, como ficará claro, o artigo não quer mapear as muitas correntes da macroeconomia; ele também não quer distinguir o conjunto das correntes heterodoxas das correntes ortodoxas (LAVOIE, 2014, cap. 1). O seu foco, em última análise, está posto na questão sobre como se apreende a complexidade do sistema econômico.

2. Segundo dois importantes historiadores da macroeconomia, “nenhum economista clássico sustentou todas as ideias [...] que permitiram caracterizar a teoria clássica como um corpo teórico consistente” (SNOWDON & VANE, 2005). Na verdade, o que Keynes chamou de “teoria clássica” configurou-se, depois, como “macroeconomia neoclássica”.

3. As palavras “poupança” e “investimento” têm sentidos diferentes quando usadas nos contextos das obras de Keynes e de Marx. Em Keynes, “investir” significa “gastar parte da renda para elevar o nível da renda no futuro”. Em Marx, significa “aplicar capital para obter mais capital”, isto é, “valorizar o valor”. Em Keynes, “poupar” significa “preferir o consumo futuro em relação ao consumo presente”. Em Marx, tende a significar “reservar parte do lucro para acumular, para obter mais lucro”.

4. Note-se que a tese de Hardy apenas faz sentido se ela faz referência a “qualquer teoria que explica as crises em geral”, pois é evidente que uma crise pode ser provocada de modo particular, eventualmente, por exemplo, por uma intervenção desastrosa do Estado – o que é, em princípio, possível.

5. Uma boa compreensão dessa questão, assim como dessas duas possibilidades, requer a leitura atenta de um texto anteriormente publicado do autor do presente artigo (PRADO, 2014).

6. Kregel, notando a incongruência entre essa noção de equilíbrio e a noção de tempo histórico em que nenhum equilíbrio estacionário é realmente possível, afirma, em complemento, que “Keynes não esperava que este ocorresse naturalmente em qualquer economia real, mas permitia que ocorresse em seu modelo estacionário por motivo pedagógico” (KREGEL, 1976, p. 217). Aqui se duvida dessa explicação complementar, inclusive, porque ela não pode ser encontrada no texto do próprio Keynes.

7. Mas, evidentemente, é possível considerar que certos níveis de estoque acabem se apresentando como “normais”, de modo objetivo, nos processos econômicos dos mercados.

8. Para Marx, o dinheiro é obviamente ativo (e, portanto, não neutro) no funcionamento do sistema econômico, pois, como se sabe, ele é meio de entesouramento, apresentando-se também como uma forma do capital. Entretanto, quando se aponta a “não neutralidade da moeda” como característica definidora de sua compreensão do dinheiro, é porque ainda se está prisioneiro (ainda que por recusa) da perspectiva da teoria neoclássica.

9. O multiplicador keynesiano continua existindo nessa perspectiva que vem de Marx, mas é muito menos efetivo do que parece na perspectiva keynesiana.

10. Considerando uma equação a diferenças finitas simples de apenas uma variável $x_t = f(a, x_{t-1})$, tem-se que x^* é um ponto atraente, se $x_t \rightarrow x^*$ numa vizinhança de x^* . O ponto x^* será fixo, se $x_t = x^*$ doravante, para qualquer t . Se havia história, ela era meramente cinemática; no ponto fixo, essa “história” repete-se identicamente e, por assim dizer, chega ao fim. A dialética por meio da qual Marx apreende a realidade do modo de produção capitalista é incompatível com a análise dinâmica regular, mesmo se assume, mais raramente, o caráter recorrente e cíclico que está presente no pensamento econômico em geral.

11. Marx não mantém a crença dos economistas clássicos de que o sistema econômico do capital tende ao equilíbrio, restabelecendo assim, constantemente, uma certa harmonia de funcionamento. O momento do desajuste e da crise encontra-se, nele, muito mais acentuado. Na verdade, para Marx, o capitalismo é governado pelo movimento de uma abstração que tem metaforicamente a natureza de uma besta (ou seja, de um animal de grande porte desgovernado).

12. Ver também Freeman sobre este ponto que é, em geral, muito mal compreendido, mesmo entre os marxistas (FREEMAN, 2015).

13. Nesse trecho que consta no primeiro volume de *O capital*, Marx está se referindo especificamente à forma preço e aos desajustes entre o preço e o valor. No volume III de *O capital*, pode-se ler, em complemento, que o “valor” ou o “preço de produção” é “o centro de gravitação em torno do qual giram os preços [das mercadorias] e em relação ao qual suas contínuas altas e baixas se compensam” (MARX, 1983b, p. 138). Ora, esse modo de compreender o equilíbrio econômico vale em geral para os processos de ajuste micro e macroeconômicos inerentes ao funcionamento do modo de produção capitalista.

14. Elencam-se assim, usualmente, as características de um sistema complexo: possuem grande número de componentes; os componentes interagem dinamicamente; as interações são variadas e ricas; as interações apresentam padrões não lineares; não há, em geral, conexões diretas entre elementos distantes; o seu funcionamento depende de muitos processos de realimentação; é aberto; opera sempre fora do equilíbrio, quando este existe; a história do sistema é importante para entendê-lo; as partes do sistema não têm acesso a toda informação gerada no sistema como um todo; as partes interagem com base em informação local; as propriedades do sistema como um todo são emergentes.

15. Delas ganha, em contrapartida, a crítica de que é pragmaticamente irrelevante.

16. Na totalidade, como bem se sabe, as partes e o todo formam uma unidade de contrários, determinando-se mutuamente.

17. É certo que Marx escreveu o seguinte: “A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar do modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair [como também subir, ele poderia ter dito] transitoriamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa de média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda” (MARX, 1983b, p. 164).

18. É preciso registrar aqui que Taveira, Clemente e Clemente (2013) também procuraram mostrar, de modo convergente com aquele aqui apresentado, que Marx e Keynes não podem ser assimilados. Eles trataram de várias questões, mas não tomaram as diferenças entre eles como discrepâncias que se originam na compreensão (analítica ou dialética) do sistema econômico como um sistema complexo.

